

RONDON: DE MATO GROSSO PARA O BRASIL

RONDON: FROM MATO GROSSO TO BRAZIL

Ivan Echeverria⁴⁷

RESUMO: O militar Cândido Mariano da Silva Rondon foi designado para instalar o telégrafo em Mato Grosso. Participou das Comissões das Linhas Telegráficas: de Cuiabá ao Araguaia; no Estado de Mato Grosso; de Mato Grosso ao Amazonas. Determinou o Centro Geodésico da América do Sul em Cuiabá, participou da Expedição Científica Roosevelt-Rondon e elaborou a Carta de Mato Grosso. Foi o Inspetor de Fronteiras do Brasil. Árbitro internacional em Letícia. Relacionava-se com os índios, inclusive pacificando-os. O Marechalato coroou sua vida militar. Sua memória está perenizada por suas obras; seu nome é vivificado por universitários com o Projeto Rondon.

Palavras-chave: Cândido Mariano da Silva Rondon. Mato Grosso. Linhas Telegráficas. Projeto Rondon.

ABSTRACT: The colonel Cândido Mariano da Silva Rondon was chosen to implant the telegraph in Mato Grosso. He participated in the Telegraph Lines Committee: from Cuiabá to Araguaia; in the State of Mato Grosso; from Mato Grosso to Amazonas. He determined the Geodesic Center of South America in Cuiabá, participated in the Roosevelt-Rondon Scientific Expedition and elaborated the Letter of Mato Grosso. He was the Inspector of the Frontiers in Brazil and the International Judge in Letícia. He had a good relationship with the Indians, including pacifying them. Receiving his title as a Marshal was the highest honor he received in his military life. His memory will remain forever as a result of his work; his name is kept alive by university students with the Rondon Project.

Keywords: Cândido Mariano da Silva Rondon. Mato Grosso. Telegraph Lines. Rondon Project.

O mapa da América do Sul possuía um vazio em sua região central. O miolo do continente encontrava-se virgem. Era inexplorado, desconhecido. As populações povoavam tão somente as terras dos litorais, sendo os portugueses pelo lado do Oceano Atlântico e os espanhóis pelo lado do Oceano Pacífico; ambos

procuravam tomar posse das terras observando tratados internacionais, mais presente o *uti possidetis*, ou seja, o direito de posse fundado na ocupação efetiva e prolongada.

Mato Grosso de hoje foi, no Brasil Colônia, um território a pertencer à Coroa espanhola por força do

Tratado de Tordesilhas, firmado entre Espanha e Portugal para resolver a questão das novas terras descobertas; era um meridiano imaginário cortando o nosso país em Belém (PA), ao Norte e em Laguna (SC), ao Sul (SIQUEIRA, 2002). Não obstante, a Coroa portuguesa desconhecia a territorialidade da nova Colônia e, por isso, precisava exercer o domínio do novo continente, sob pena de perdê-lo a outros colonizadores europeus (SIQUEIRA et al., 1990), pois a humanidade se encontrava no período das grandes navegações, com a exploração de novas terras e intensificação do comércio marítimo.

Aquele período foi denominado Renascimento e pode ser definido pelo movimento literário, artístico e filosófico iniciado ao final do século XIV e se estendeu até o final do século XVI, sendo a cultura moderna dele decorrente. Foi um movimento vivificador das capacidades humanas, novo nascimento, nova atitude do homem e despertar da consciência de si próprio e do universo (ECHEVERRIA, 2002, p. 19-21). Portugueses, Espanhóis, Franceses, Holandeses, Ingleses aventuravam-se pelos mares em busca de novas terras, quando nasceram colônias nos novos continentes.

A Corte de Portugal, então, estimulou e incentivou a imigração para o Brasil, concedendo títulos honoríficos e doando grandes áreas de terras. A divisão territorial da nova Colônia foi efetivada, poucas décadas após o descobrimento, sob a forma de capitânias hereditárias: adaptada do modelo português de distribuição de terras para a produção agrícola denominado sesmarias. Essas capitânias foram distribuídas a doze pessoas da pequena nobreza da Coroa, sendo seus donatários a maior autoridade, pois possuíam jurisdição civil e criminal sobre os habitantes, dentro dos limites geográficos.

Ao final da década de 1540, criou Portugal um governo geral para ter um maior controle da Colônia,

designando ao governador poderes e trabalhos a realizar, principalmente no combate aos índios tidos como resistentes ao processo de ocupação de suas terras e, por outro lado, formar alianças com nações favoráveis à ocupação portuguesa; a defesa do Brasil Colônia contra os piratas era também fundamental. Competia ao governador geral a fundação de novas localidades, a construção de naus para o comércio marítimo e a preservação do monopólio do pau-brasil.

Essas duas formas de política governamental conviveram muito tempo: as capitânias hereditárias e o governo central, ambas imprimindo o caráter exploratório do território colonial para a Coroa.

No período colonial brasileiro foram organizadas expedições pelas autoridades ou por particulares, denominadas por Entradas, estas financiadas pelo Governo Português, e por Bandeiras, cujo financiamento cabia aos paulistas. Ambas eram destinadas a explorar o interior virgem com o fito de procurar minérios valiosos e pedras preciosas, assim como, infelizmente, aprisionar indígenas destinados à escravidão, e, por outro lado, capturar fugitivos.

Havia uma densa floresta ao Oeste do continente. Era Mato Grosso ainda inexplorado, não se encontrando no mapa. A procura pelas reservas auríferas foram os primeiros passos para seu desbravamento. Estrategicamente para a Coroa Portuguesa adentrar nas terras mato-grossenses era ampliação de seu poderio econômico.

A integração dessa territorialidade se deu com exploração do rio Cuiabá até sua confluência com o rio Coxipó-Mirim pelos bandeirantes paulistas Manoel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, nos idos de 1673 a 1682; mais tarde, em 1717, Antônio Pires de Campos seguiu idêntico caminho, chegando a localidade de São Gonçalo Velho; integra esse pioneirismo a expedição de Pascoal Moreira Cabral,

o qual, em 1719, descobriu as minas de ouro em nosso território (SIQUEIRA, 2002). Dessa forma, as terras convencionadas à coroa espanhola passaram ao domínio português.

Conquanto a Capitania de Mato Grosso fortalecesse a posse de terras na Colônia, pois ampliava os limites do território português, pelo governo foram concedidos benefícios para manter povoada a região de fronteira com o domínio espanhol. Também se procurou o povoamento e exploração da região entre Vila Bela e Cuiabá, tendo essa política logrado êxito, uma vez que tanto os garimpeiros, quanto os comerciantes requeriam sesmarias para ampliação de suas atividades. Dessa forma, “mineradores transformaram-se também em agricultores, proprietários de terras cultivando ao mesmo tempo lavouras de subsistência, de cana-de-açúcar e criando gado.” Essas atividades fortaleceram economicamente os comerciantes transformando-os em latifundiários (MORENO, 2007, p. 34-35).

No sistema das capitânicas hereditárias brasileiras os capitães-generais podiam doar terras aos colonos pelo regime de sesmarias. A Coroa Portuguesa foi a criadora dessa forma de distribuição de terras e exportou o modelo para o Brasil. Eis como era feito o trâmite das concessões (SIQUEIRA, 2002, p. 39):

- a) o interessado solicitava, mediante ofício, uma área de terras, alegando seus motivos pelos quais a desejava;
- b) a concessão era feita em caráter provisório, pelo capitão-general com a carta de doação de “data” de terra de sesmaria, encaminhando o pedido do colono ao rei de Portugal;
- c) a carta definitiva da sesmaria era expedida pelo rei, diante de documento elaborado pelo Conselho Ultramarino.

Tanto quanto as outras Capitânicas, a de Mato Grosso – a partir da criação – teve as áreas de terras rurais

distribuídas pela forma de sesmarias.

Outro sistema de governo premia o Brasil: a mudança da Família Real Portuguesa em 22 de janeiro de 1808, com o príncipe regente Dom João à frente, ao fugir da força dos exércitos de Napoleão Bonaparte, invasor de Portugal. Acompanhou a família real, pessoas ligadas à corte, assessores, funcionários e criados (ECHEVERRIA et al., 2010).

O primeiro ato do Príncipe regente **D. João** foi decretar a abertura dos portos brasileiros às nações amigas de Portugal. A Inglaterra foi a principal beneficiária. Em 16 de dezembro de 1815, a colônia foi elevada a Reino Unido de Portugal e Algarves. D. João VI foi coroado rei em 06 de fevereiro de 1818, retornando para Portugal em abril de 1821. Deixou em seu lugar, no Brasil, o filho D. Pedro como príncipe regente.

A separação política entre a colônia e a metrópole foi declarada oficialmente em 7 de setembro de 1822, data da Independência do Brasil, por D. Pedro (ECHEVERRIA et al., 2010).

No governo imperial foi criada a Lei 601/1850, denominada Lei de Terras pela qual as terras passaram a ser adquiridas pela compra. Mantida a grafia à época, eis o texto do:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Império com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente. (BRASIL, 2011).

Assim, a terra, de um bem comum, passou a ser um bem individual e sua aquisição dependia de muito capital; passou a ser uma mercadoria, pois podia ser comprada e vendida; passou a ser registrada em Cartório (SIQUEIRA et al., 1990, p. 192-193). A exceção era para as terras situadas a sessenta e seis quilômetros na faixa de fronteiras com países vizinhos.

Nova mudança de regime governamental ocorreu com a Proclamação da República, na qual o militar Cândido Mariano da Silva Rondon teve atuação relevante (VIVEIROS, 2010).

Era noite de 14 de novembro de 1889. Rondon estava de alerta, juntamente com seus amigos republicanos. Havia uma festa de aniversário, estando entre os convidados a família Xavier. Ele foi com sua namorada Chiquita, mas a preveniu sobre a doença de um de seus amigos para poder sair, de imediato, se fosse chamado. Sem dançar, apenas passeando com a namorada de braços dados ou sentado ao seu lado, questionou-lhe ela sobre sua preocupação; repetiu-lhe ser pelo motivo do amigo doente. Chegou a notícia: ele e vários amigos saíram da festa e foram reunir-se com outros no quartel, pois o “amigo doente” era a “monarquia” a se sucumbir.

Por volta das duas horas da madrugada de 15 de novembro e com a chegada de Benjamin Constant houve conferência com os oficiais, inclusive o Cel. Solon. A marinha devia permitir a saída da “Brigada Estratégica”, sendo encaminhado um ofício ao Almirante Wandenkolk, pelos Alferes-alunos Cândido Mariano e Tasso Fragoso, os quais foram portadores da resposta afirmativa. Soaram-se os clarins. Formou-se, então, a “Brigada Estratégica” pelo 1º Regimento de Cavalaria, 9º Regimento de Cavalaria, como infantaria, por falta de cavalos, e do 2º Regimento de Artilharia a cavalo. Era sete horas da manhã e a “Brigada Estratégica” se encontrava em frente ao Quartel General, onde se achava reunido todo o Ministério. Eram entre oito e nove horas da manhã, quando se abriram as portas do Quartel General e foram disparados vinte e um tiros de canhão, com vivas à República. Houve um desfile pela cidade do Rio de Janeiro (VIVEIROS, 2010, p. 51-55).

Depois de sua formação acadêmica na Escola Superior de Guerra, com o título de Engenheiro Militar e o diploma de Bacharel em Matemática e em Ciências

Físicas e Naturais em 1890, no ano seguinte foi nomeado professor assistente da Escola Militar, pelo Fundador da República, Benjamin Constant. Em 1º de fevereiro desse ano, Cândido Mariano, com soldo compatível para constituir família, pediu ao Dr. Xavier e dona Teresa a mão de sua filha Chiquita em noivado e, por extensão, em casamento, marcado para dentro de dois anos, em igual dia e mês do pósterio ano de 1892. (VIVEIROS, 2010).

Com seu compromisso firmado, Rondon veio trabalhar em Mato Grosso e sua noiva Chiquita ficou no Rio de Janeiro. Retornou em março de 1891 para assumir a cátedra de astronomia e mecânica racional, além de substituir os lentes de matemática superior em suas faltas. Assim, diante de tantos compromissos, embora tivesse o desejo de visitá-la todas as noites, somente aos domingos se encontravam. Essas aulas encerraram em 12 de janeiro de 1892, quando passou a visitar diariamente sua noiva.

Com a instalação do novo regime governamental a linha de procedimento de tomar posse de terras para firmar as fronteiras do território nacional se seguia, diante da vasta extensão territorial inexplorada.

Nessa época, o **general** Gomes Carneiro, chefe da Comissão de Construção de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, objetivando trazê-lo à sua terra natal, convenceu-o a ir para o sertão com vistas a se dedicar à colocação e manutenção das linhas telegráficas.

A epopeia de Rondon com as linhas telegráficas em Mato Grosso iniciou em 1889, quando foi trabalhar como ajudante-de-ordem daquele general, em cuja missão estendeu 514 quilômetros de fios telegráficos de Cuiabá ao Araguaia, na divisa com o estado de Goiás; em 30 de abril de 1891 esse trabalho foi concluído.

Em 1892 inicia os trabalhos da reconstrução de linhas telegráficas de Cuiabá ao Araguaia.

No ano seguinte Rondon assumiu a chefia do 16º Distrito Telegráfico e Inspetor Permanente dos Destacamentos Militares ao longo da Linha Telegráfica Cuiabá-Araguaia; em 1894, foi encarregado de adaptar o picadão da linha telegráfica às condições de uma estrada de rodagem, denominada por estrada estratégica de Cuiabá a Goiás, cuja construção se estendeu até 1898. Na oportunidade da realização desses trabalhos, se fez o reconhecimento do Leste de Mato Grosso (BRASIL, 2003).

O interesse do poder central era de ligar via telégrafo todos os pontos do imenso território brasileiro para facilitar-lhe a administração governamental. Nesse aspecto, havia o empenho maior de fazer o elo com as cidades vizinhas aos países da Bolívia e do Paraguai. O plano estratégico era esse. A Rondon foi confiada a missão.

A Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso, criada em 27 de junho de 1900, por aviso do Ministério da Guerra possuía uma equipe formada por onze engenheiros militares, seis funcionários civis, um fotógrafo e cem praças. No período de 1900 a 1906, as linhas telegráficas estenderam-se no Sul de Mato Grosso com mais de 1.700 quilômetros e foram construídas 17 estações telegráficas. Porto Murinho e Bela Vista foram as localidades vizinhas ao Paraguai, assim como Corumbá e Coimbra foram limítrofes à Bolívia, onde, estrategicamente para o país, instalou-se o telégrafo. Além disso, de 1905 a 1906 construiu-se o ramal de Cuiabá a São Luiz de Cáceres, numa extensão de 200 quilômetros (VIVEIROS, 2010).

Merece destaque ter sido essa missão grandiosa realizada na região do baixo Pantanal Mato-grossense, onde as águas nem sempre permitiam os trabalhos de campo. Da região pantaneira há o trabalho científico de Rondon denominado “Rio Negro”, uma preciosa aula de geografia e botânica, constante do Relatório Geral da

Construção das Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso e também endereçado a Alina do Nascimento Tocantins, publicado no livro “Professora Alina: uma educadora além do seu tempo” (ECHEVERRIA et al., 2010).

Concluída a missão de ligar a capital Cuiabá às fronteiras do Estado, encerrando os pontos estratégicos dos confins do Brasil com o Paraguai e a Bolívia passou-se a ter comunicações com a capital da República, então no Rio de Janeiro.

Nova missão foi conferida ao ilustre mato-grossense: a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (BRASIL, 2003).

O projeto: ligar a capital da República aos territórios do Acre, Purus e Juruá, incorporados ao país. A linha telegráfica era de suma importância diante dos altos interesses nacionais ligados àquelas regiões. Rondon foi chamado pelo presidente Afonso Pena e sendo inquirido sobre o intento, respondeu-lhe afirmativamente sobre a implantação das projetadas linhas telegráficas, a partir de Cuiabá (PINTO, 1993).

O traçado geral aprovado para a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas consistia em demandar à cachoeira de Santo Antônio da Madeira, hoje no estado de Rondônia, iniciando em Cuiabá. A Comissão foi instalada em 1907. O trajeto foi o da estrada construída pelos antigos capitães-generais, de Cuiabá a Vila Bela.

Trabalhos exploratórios pela Comissão Rondon foram realizados, quando foram estudados e registrados fatos novos da geografia brasileira, aliados à biologia: tanto a fauna quanto a flora, assim como a antropologia, na região então desconhecida.

Em Juruena foi organizado o 5º Batalhão de Engenharia, incumbido de realizar a construção das linhas telegráficas de Cuiabá ao Acre e às fronteiras da

Bolívia.

As linhas telegráficas construídas na extensa região mato-grossense foram com fios de ferro zincado, isoladores de porcelana branca, com braços de ferro para sustentá-los. Os postes eram de madeira, de preferência a aroeira e depois o carvão-vermelho, o vinhático, a sucupira-branca, o cumaru etc. (BRASIL, 2003).

Com vistas a instalar a linha eram abertos picadões com a largura de acordo com a natureza da vegetação local e da altura das florestas. No interior da faixa aberta era feita outra da largura de seis metros, de sorte a servir de estrada rodoviária.

As casas das estações para instalação dos aparelhos e para a moradia dos telegrafistas tinham suas construções de acordo com os recursos obtidos; havia casas de madeira, de adobe ou de tijolos, todas assoalhadas e cobertas em geral com zinco ou telhas de barro.

São esses, pois, os registros sintetizados da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, comandadas por Rondon (BRASIL, 2003).

Rondon, em 1909, determinou o Centro Geodésico da América do Sul o qual está localizado em Cuiabá, na atual Praça Pascoal Moreira Cabral. As coordenadas calculadas por Rondon tiveram confirmação pelo Exército Brasileiro. A praça era conhecida como Campo d'Ourique, onde se realizavam cavalhadas e touradas. No local, em prédio ao redor do Marco Geodésico, por longos anos esteve instalada a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; hoje funciona a Câmara Municipal de Cuiabá. No marco encontram-se duas placas: a mais antiga constando “Comissão Rondon – latitude Sul: 15° 95' 56”,80 e longitude Oeste Greenwich: 56° 06' 05”, 55, com a inserção do nome do 1° Ten. Renato Barbosa (1909)” e a outra: “Centro Geodésico da América do Sul – 'A identidade de um povo está alicerçada na história de seus heróis/desbravadores' – Muxirum Cuiabano; Sociedade

Amigos do Marechal Rondon”.

Nos idos de 1913 nascia a Expedição Científica Roosevelt-Rondon, de natureza oficial, com verdadeiro valor científico, objetivando importante contribuição à geografia de uma das áreas menos conhecidas da América do Sul. Tanto os Estados Unidos da América do Norte quanto o Brasil passariam a ter elementos geográficos e de história natural daquela região amazônica. Foram recolhidos, na região, material científico para ambas as pátrias; fez-se contatos com os indígenas; descobriu-se e foi feito levantamento de rios até então desconhecidos, explorou-se o célebre Rio da Dúvida, cuja denominação passou a ser Rio Roosevelt, fazendo-se o registro cartográfico dos trabalhos realizados. A expedição foi concluída no ano seguinte (VIVEIROS, 2010).

Escreveu o Presidente Roosevelt um livro com descrição sobre sua viagem denominado *Through the Brazilian Wilderness*, o qual por solicitação de Rondon foi autorizada a tradução para o português (VIVEIROS, 2010, p. 405).

No período de 1919 a 1924 foi Diretor de Engenharia do Exército e Chefe das Linhas Telegráficas. Atuou, ainda, como Inspetor das obras contra as secas no Nordeste. Rondon foi o Comandante das Forças em Operações no Paraná e Santa Catarina, para combater os revolucionários de São Paulo, nos anos de 1924-1925 (VIVEIROS, 2010).

A partir de 1926, designado Inspetor das Linhas Telegráficas, o Marechal Rondon incumbiu-se de elaborar a Carta de Mato Grosso e Adjacências, um estudo geográfico e cartográfico a expressar o conhecimento de sua terra natal, cuja publicação se deu em 1952, sendo, na época, encaminhado ao Ministério da Guerra – Estado Maior das Forças Armadas e ao Governo do Estado de Mato Grosso (LIMA JÚNIOR, 2011).

No período de 1927 a 1934 foi Inspetor das Fronteiras do Brasil. Sua nomeação foi objetivando proceder à minuciosa inspeção das fronteiras do País, para estudar as condições de seu povoamento e segurança. a

Os serviços iniciaram ao Norte, pela Guiana Francesa, Guiana Inglesa e Sul da Venezuela; a seguir, na segunda campanha, a inspeção foi nas fronteiras com a Guiana Holandesa, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. No terceiro estágio foram inspecionadas as fronteiras com a Bolívia, Paraguai e Argentina, tendo como meta o vasto perímetro da barra do Chui, pelo Rio Grande do Sul. Os encargos foram paralisados com a Revolução de 1930. Somente mais tarde, quando restabelecido o serviço da Inspetoria de Fronteiras, foram apresentados relatórios e mapas, em escrupulosa prestação de contas à Pátria, conforme asseverou Rondon. Tais trabalhos estão entre as suas maiores contribuições ao Exército Brasileiro.

Respondendo a uma consulta formulada pela Professora Alina do Nascimento Tocantins, membro Conselho Superior de Ensino de Mato Grosso, em 3 de novembro de 1932, é elaborado um tratado científico sobre a orografia de Mato Grosso, ou seja a descrição das montanhas do vasto território mato-grossense. Esse trabalho, também endereçado a Alina do Nascimento Tocantins, encontra-se publicado no livro “Professora Alina: uma educadora além do seu tempo” (ECHEVERRIA et al., 2010).

Colômbia e o Peru possuíam problemas de limites de suas fronteiras desde as declarações de independência. Firmado, em 24 de março de 1922, o Tratado de Salomon-Lozano, com o propósito de resolver definitivamente toda a controvérsia sobre seus direitos territoriais, a cidade de Letícia ficaria incorporada ao território da Colômbia. A economia local era incipiente, mas era uma área situada entre os rios Putumaio e

Amazonas, este último naquela região denominado por rio Solimões, cujo acesso direto para navegação fluvial interessava aos colombianos.

Peruanos do Departamento de Loreto não concordaram com a decisão governamental em ceder Letícia e, dessa forma, ocuparam a região em 1º de setembro de 1932; inicialmente o atuação foi considerada um movimento rebelde, sem apoio do governo; no entanto, as manifestações contrárias àquela cessão cresceram nacionalmente, obrigando a administração pública peruana a mudar de opinião.

O Brasil, por interesses geopolíticos, ofereceu-se para ser conciliador nas relações entre os países vizinhos da Colômbia e Peru.

O presidente do Brasil era Getúlio Vargas, a quem o general Cândido Mariano da Silva Rondon entregou, em 1934, o seu relatório de Inspeção de Fronteiras, a qual chefiava juntamente com a da Comissão Telegráfica a partir de 1927. O relatório foi acompanhado de treze cartas dos países limítrofes, da foz do Oiapoque ao Arroio do Chuí. Naquela oportunidade, o general Rondon declarou ao presidente: “estar convencido de ter cumprido meu dever, como soldado e como cidadão” (VIVEIROS, 2010, p. 557).

Não obstante, o Presidente conclamou-o para aceitar o novo encargo pela Pátria. A missão internacional foi realizada.

O trabalho de Rondon foi de um árbitro internacional atuando em questões políticas; aliás, o primeiro de que se tem notícia no continente americano e quiçá no mundo, objeto das atividades executadas em Letícia, com os governos do Peru e Colômbia (VIVEIROS, 2010).

O Marechal Rondon elevou o nome de Mato Grosso ao Brasil e ao mundo. Desbravou regiões ainda selvagens do território de nossa pátria, entregando-as à vida civilizada.

Artigos

De outra forma a tudo quanto se tinha notícia dentro e fora das fronteiras brasileiras, para se conseguir a ocupação de regiões bravias, surgia um espetáculo totalmente inédito de Rondon entregando à pátria, regiões desconhecidas com toda a população nela existente, mansamente afeiçoada ao nosso povo e preparada para receber o progresso civilizatório, as modificações da nossa vida e as transformações econômicas e sociais do mundo.

oi intitulado como o *Encantador dos Índios* (BADET, 1951, p. 23):

Ce militaire paradoxal est un apôtre de la "non violence". Sa devise, celle qu'il a donnée au "Service protection des Indiens" est: Se faire tuer si c'est nécessaire. Ne jamais tuer! - et nous verrons qu'il ne s'agit pas là seulement d'une formule vide de sens.

Il semble que certains naissent prédestinés à une mission. Pour braver pendant 40 ans les fatigues, les dangers de la vie dans une nature vierge, il faut à l'homme une santé, des muscles de fer - un corps d'athlète. Pour répondre à la violence par la douceur, à l'embuscade par le don de présents, il lui faut une âme d'apôtre.

Rondon a une âme d'apôtre dans un corps d'athlète.

Desse texto, nas orações abaixo, é apresentada a sua tradução livre:

Este militar paradoxal é um apóstolo da "não violência". A sua patente, aquela que deu ao "Serviço de Proteção aos Índios" é: Morrer se for necessário. Nunca matar! - e veremos que não se trata lá apenas de uma fórmula vazia de sentidos.

Parece que alguns nascem predestinados a uma missão. Para enfrentar durante 40 anos os cansaços, os perigos da vida numa natureza

virgem, é necessária ao homem uma saúde, músculos de ferro - um corpo de atleta. Para responder à violência pela doçura, à emboscada pelo dom de presentes, necessita uma alma apostolar.

Rondon tem uma alma de apóstolo em um corpo de atleta. (BADET, 1951, p. 23):

Badet, inclusive, enaltece as qualidades do homenageado em sua obra, como o apóstolo da não violência. As palavras do autor francês ratificam aquelas apresentadas por Rondon ao contar sua vida a Ester de Viveiros.

Durante sua vida, o mato-grossense Rondon dedicou-se a duas causas mestras: a ligação dos mais afastados pontos da fronteira e do sertão brasileiro aos principais centros urbanos e a integração do índio à civilização. Uma ou outra tarefa seria suficiente para justificar seu nome na História, mas o ilustre militar foi muito além.

Além de suas conquistas, as expedições comandadas pelo Marechal contribuíram para vários novos rios figurar em nossos mapas, objeto de suas explorações fluviais; vinte mil exemplares de nossa fauna e flora, devidamente inventariados enriqueceram o Museu Nacional; foi integrada ao território brasileiro uma área de quinhentos mil quilômetros quadrados. De seus relatórios, compilou-se, em setenta volumes, conhecimentos científicos das áreas da Biologia, Geologia, Hidrografia, além de vários aspectos de regiões desconhecidas.

Sua obra foi reconhecida além fronteiras do Brasil, elevando o nome do nosso País. No Livro da Sociedade de Geografia de Nova Iorque, seu nome está escrito em letras de ouro maciço por ter sido o maior explorador a penetrar em terras tropicais, ao lado de outros imortais como Amundsen e Pearru, descobridores dos polos

Norte e Sul; e Charcot e Byrd, exploradores a penetrarem profundamente em terras árticas e antárticas (VIVEIROS, 2010, p. 611-612).

Sua tenacidade, dedicação, abnegação e altruísmo, atributos evidentes de sua personalidade, e seu trabalho com as linhas telegráficas e a abertura de estradas, tornaram-no merecedor, com indiscutível justiça, do título de Patrono da Arma de Comunicações do Exército Brasileiro, sendo sua data natalícia, 5 de maio, tomada como o Dia Nacional das Comunicações.

Merecem destaques testemunhos a respeito do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon:

No passado, um modesto mimoseano, nascido nos arredores de Cuiabá, realizou a integração de Mato Grosso e Goiás no começo deste século e, coroando a sua obra gigantesca, levou as linhas telegráficas de Cuiabá a Rio Branco e Manaus. Foi Rondon, o maior sertanista do século, êmulo de Livingstone, cuja obra grandiloqua transpôs as fronteiras pátrias para conferir-lhe a consagração universal (LEITE, 1979).

Toda a vida de Rondon foi um esforço continuado em busca do ideal delineado na mocidade, servindo ao país por quase meio século. Ele representa um símbolo do Brasil, na construção da sua grandeza (ARRUDA, 1999).

O Campeão das Selvas foi, entre nós, pelo seu grande prestígio que desfrutou universalmente, dos homens mais louvados e condecorados, sendo membro das agremiações mais importantes e de quase todos os Institutos Históricos e Geográficos nacionais, bem como de alguns estrangeiros, por isso que todos, a uma, reconheciam, de fato, a sua erudição estupenda, a sua inteligência privilegiada, a sua capacidade de trabalho piramidal e peregrinas virtudes de caráter, que o fizeram herói autêntico e sublime das gerações deste século.

(TOCANTINS, 1958)

Em homenagem ao bandeirante do século XX, Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON, foi gestado em 11 de julho de 1967, o Projeto Rondon, de autoria do professor Wilson Choeri, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PROJETO, 2011).

Trinta universitários do Rio de Janeiro e o professor Omir Fontoura seguiram para Rondônia, dando início ao Projeto, cujo lema nasceu da ideia de *INTEGRAR PARANÃO ENTREGAR*.

O projeto tem por finalidade mobilizar a juventude universitária em estreita articulação com as Instituições de Ensino Superior, para a promoção da cidadania, dos direitos humanos e do desenvolvimento local sustentável das comunidades socialmente vulneráveis.

Os Rondonistas de hoje têm uma visão mais real do seu país, adquirem a vontade e a certeza de poder mudar o destino de uma comunidade por eles assistida, ao executarem grandes ou pequenas ações.

Agregando vinte e quatro Associações Estaduais de Rondonistas, há a Associação Nacional dos Rondonistas, a qual demonstra a atualidade de seu ideário, enfrentando a gigantesca tarefa de manter a identidade de independência e vanguarda na mobilização estudantil e expandir de forma mais significativa a sua atuação.

A existência dessa longa história de sucesso e em plena atividade com seus 44 anos, o Projeto Rondon, vivo, pereniza o nome de seu patrono, o Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON.

⁴⁷ Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Titular da Cátedra nº 175 da Academia Nacional de Economia, Mestre em Educação. E-mail: iv.echev@gmail.com.

Referências

ARRUDA, António. *Vultos Eminentes*. Cuiabá, [s.n.], 1999.

BADET, Henri. *Rondon, Charmer d'Indiens*. Paris, France: Latines, 1951.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. *Lei das Terras*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em: 16 jul. 2011.

BRASIL. Senado Federal. *Missão Rondon: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas / sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915*. Edições do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 2003. v. 8.

ECHVERRIA, Ivan. A História, a Educação e a Ciência Contábil. In: *Curso de Ciências Contábeis: currículo e gestão numa Instituição de Ensino Superior – 1993/2000*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Cuiabá, UNIC. Cuiabá, 2002. cap. 1. 189 f.

ECHVERRIA, Ivan; FREIRE, Nilza Queiroz; TOCANTINS, Aecim. *Professora Alina: uma educadora além do seu tempo*. Cuiabá: KCM, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 4. ed.. rev. atual. Dicionário Eletrônico. Versão 6.0. Curitiba: Positivo Informática, 2009. CD-ROM.

GETÚLIO Vargas e a Política Externa. *A questão de Letícia*. Disponível em: <http://getuliovargas.weebly.com/questo-de-leticia.html>. Acessado em: 12 jun. 2008.

LEITE, Luis-Philippe Pereira. *Três Sorocabanos no arraial: Mato Grosso nos seus primórdios*. São Paulo: Resenha Tributária, [1979?]

LIMA JÚNIOR, Luiz Gustavo de Souza. Em busca do acontecimento: uma leitura da Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas (1952). *Anais...* 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, 10 a 15 de maio de 2011.

MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla – 1892 a 1992*. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.

MUNDO EDUCAÇÃO. *História do Brasil: Brasil Colônia*. Disponível em: <http://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/brasil-colonia.htm>. Acessado em: 27 mar. 2008.

PINTO, Emanuel Pontes. *Caiari: Lendas, Proto-História e História*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1986.

PINTO, Emanuel Pontes. *Rondônia: evolução histórica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

PROJETO RONDON. *Projetos*. Eventos. Manual do Rondonista. Associações Estaduais. Disponível em: <http://www.projektorondon.org.br>. Acessado em: 01 jul. 2011.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourença Alves da; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso*. 3. ed. Cuiabá: Guaicurus, 1990.

TOCANTINS, Amidicis Diogo. Marechal Rondon. *Revista AABB Santos*. Santos, maio/ago. 1958. v. 11, n. 125/128. p. 51-53.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2010.